

# FEITOS

DA GOVERNAÇÃO  
DO PRESIDENTE

1979

2017



JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS



**FEITOS DA GOVERNAÇÃO  
DO PRESIDENTE  
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS  
1979 - 2017**

Luanda, Agosto  
2017

**Copyright 2017,  
Mikanda Publishing**

**Título**  
Feitos da Governação do Presidente  
José Eduardo dos Santos – 1979/2017

# ÍNDICE

<b>I. Introdução</b>	<b>08</b>
<b>II. Tomada de posse de José Eduardo dos Santos como Presidente da República Popular de Angola</b>	<b>12</b>
<b>III. Realizações do Período de 1979 à 2002 (1ª Fase)</b>	<b>18</b>
a) No Domínio Político	20
b) No Domínio Económico e Social	21
c) No Domínio Diplomático	22
d) No Domínio Militar	22
<b>IV. Realizações do Período de 2002 à 2012 (2ª Fase)</b>	<b>24</b>
a) No Domínio Político	26
b) No Domínio Económico e Social	26
c) No Domínio Diplomático	28
d) No Domínio Militar	30
<b>V. Tomada de posse como Presidente da 3.ª República de Angola - 2012 à 2017</b>	<b>32</b>
a) No Domínio Político	34
b) No Domínio Económico e Social	35
c) No Domínio Diplomático	37
d) No Domínio Militar	37
<b>VI O Líder por Excelência</b>	<b>40</b>
<b>VII Documentos de Apoio e Fontes Consultadas</b>	<b>50</b>
<b>VIII Memória Fotográfica</b>	<b>54</b>





I.

## INTRODUÇÃO

HERÓIS DO 4 DE  
FEVEREIRO E O  
COMANDANTE-EM-  
CHEFE





## I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui um arrolamento dos principais factos e realizações de Sua Excelência Eng.º José Eduardo dos Santos à frente dos destinos da Nação durante o período de 1979 à 2017. Inclui na sua concepção estrutural, uma breve descrição biográfica do Presidente da República e uma sistematização cronológica da informação disponível sobre os realizados por ele, com base na metodologia da compartimentação do documento em três (3) fases, designadamente:

1ª fase: 1979 à 2002;

2ª fase: 2002 à 2012;

3ª fase: 2012 à 2017.

Cada fase comporta os domínios Político, Económico e Social, Diplomático e Militar.







# II.

TOMADA DE POSSE  
DE JOSÉ EDUARDO  
DOS SANTOS COMO  
PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA POPULAR  
DE ANGOLA





## II. TOMADA DE POSSE DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

**J**osé Eduardo dos Santos nasceu em 28 de Agosto de 1942, em Luanda, filho de Eduardo Avelino dos Santos, pedreiro, e de Jacinta José Paulino, doméstica, ambos falecidos. Frequentou em Luanda o ensino primário e, posteriormente, o ensino secundário, no então Liceu Nacional Salvador Correia.

Nos finais da década de 50 (1956), com o maior protagonismo que ganhou o nacionalismo africano, com a fundação do MPLA (partido no poder), dos Santos, estudante do Liceu Salvador Correia, em Luanda, iniciou a actividade política em grupos clandestinos nos bairros periféricos da capital do país.

Para se inserir no centro da luta, em 7 de Novembro de 1961, clandestinamente saiu do país para o Congo-Léopoldville (actual República Democrática do Congo), com mais seis jovens, seus camaradas.

Aos 20 anos de idade, a Direcção do movimento nomeia-o para desempenhar as funções de Vice-Presidente da JMPLA, organização juvenil da qual foi co-fundador e primeiro representante do MPLA na República do Congo-Brazzaville.

Com a intensificação da luta contra o colonialismo português, Dos Santos integra a ala guerrilheira do MPLA, o EPLA, em 1962.



JES (à esquerda) com compatriotas angolanos na União Soviética.

Em Novembro de 1963, beneficiando de uma bolsa de estudo parte para a União Soviética ingressando no Instituto de Petróleos e Gás de Bakú, onde se licenciou em Engenharia de Petróleos, em Junho de 1969.

Concluída a licenciatura, frequentou ainda, durante um ano, um curso militar de telecomunicações, tendo sido, ao longo desse período, dirigente da Secção de Estudantes Angolanos na URSS.

1963

Durante esse período, foi o principal dirigente da Secção dos Estudantes Angolanos na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

De 1970 à 1974, de regresso ao país, desempenha, sucessivamente, as funções de operador do centro principal de comunicações da Frente Norte, e de responsável adjunto pelos serviços de telecomunicações na Segunda Região Político-Militar do MPLA, em Cabinda.

De 1974-1975 é designado membro da Comissão Provisória de Reajustamento da Frente Norte e responsável pelas Finanças da Segunda Região Político-Militar do MPLA, em Cabinda.

Em Setembro de 1974, na Conferência Inter-Regional do MPLA, realizada na Frente Leste (Moxico), José Eduardo dos Santos, foi eleito membro do Comité Central e do Bureau Político, assumindo, então, a coordenação da actividade política e diplomática, ao nível da Segunda Região.

Nesse mesmo ano, assume, novamente, as funções de Representante do MPLA em Brazzaville, que exerce até Junho de 1975.

Cessando nesse ano as funções em Brazzaville, regressa, finalmente, a Luanda, onde assume as fun-

1974

José dos Santos foi membro da Comissão Provisória de Reajustamento da Frente Norte, responsável das Finanças da 2ª Região Político-Militar e representante do MPLA em Brazzaville, até Junho de 1975.



JES (2º à direita) ouve Agostinho Neto discursar para os camaradas do MPLA durante a luta pela Independência.

1979

José Eduardo dos Santos foi eleito, no dia 20 de Setembro de 1979, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e, no dia seguinte, investido nos cargos de Presidente da República Popular de Angola e de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA – então exército nacional único).



Tomada de Posse de José Eduardo dos Santos como Presidente da República de Angola.

ções de Coordenador do Departamento de Relações Exteriores do MPLA. A par da organização desses serviços, envolve-se na intensa campanha política e diplomática que antecedeu a independência e que a conduziria a capitais africanas.

Em Novembro de 1975, após a proclamação da Independência Nacional é constituído o Primeiro Governo da República Popular de Angola, onde José Eduardo dos Santos foi nomeado Ministro das Relações Exteriores.

Nesta função, ele desempenhou um papel fundamental na obtenção de reconhecimento diplomático do Governo Angolano e admissão do País como membro da ONU, em Dezembro de 1976.

Em Dezembro de 1977, realizou-se o 1º Congresso do MPLA, onde foi reeleito pelo Congresso como membro do Comité Central e do Bureau Político.

José Eduardo dos Santos, foi depois nomeado para, sucessivamente, exercer as funções de Secretário do Comité Central do MPLA para a Educação, Cultura e Desportos; para Reconstrução Nacional; e para o Desenvolvimento e Planificação.

No mesmo período, é chamado a exercer novas funções governamentais, primeiro como Vice-Primeiro-Ministro, até 1978, depois como Ministro do Plano.

Em 21 de Setembro de 1979, tendo falecido prematuramente o Dr. Agostinho Neto, primeiro Presidente da República e também Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos sucedeu-o na presidência do MPLA e, por inerência daquele cargo, foi investido nos cargos de Presidente da República Popular de Angola e de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA).

Em 9 de Novembro de 1980, foi reconduzido em todos os cargos pelo 1º Congresso Extraordinário do MPLA, tendo passado a assumir também o cargo de Presidente da Assembleia do Povo, o Parlamento Angolano.

O 2º Congresso do MPLA-PT, (Partido do Trabalho) realizado em 1985 confirmou José Eduardo dos Santos em todos os seus cargos.

Zédu, como é também carinhosamente conhecido, ascendeu ao grau de General do Exército, a mais alta patente militar em Angola, em 9 de Dezembro de 1986.

## DISTINÇÕES

Em reconhecimento a sua participação na luta armada e de libertação, a Universidade de Moscovo distingue José Eduardo dos Santos, em 1969, com a medalha “Patrice Lumumba”.

A Fundação “Palmares”, uma instituição governamental Brasileira atribuiu-lhe a medalha de ouro “Zumbi dos Palmares”, a 20 de Novembro de 1989.



José Eduardo dos Santos fal em comício das primeiras eleições gerais de Angola, em 1992.

A Assembleia do Povo, na nona sessão e última em regime monopartidário, em 20 de Março de 1991, distinguiu José Eduardo dos Santos com a máxima distinção do Estado Angolano, a “Ordem Agostinho Neto”.

Em 29 de Abril de 1993, em reconhecimento aos seus esforços em prol de uma “Angola Democrática, Livre e Pacífica”, o instituto nacional norte-americano da liberdade “National Freedom Institute, INC” distingue-o com um certificado.

A Comissão Nacional para a Justiça Racial da Igreja Unida de Cristo dos Estados Unidos da América agracia-lhe, em Dezembro de 1991, com a Medalha “National Racial Justice”, em reconhecimento a sua contribuição para a paz na região Austral e África, independência da Namíbia e o processo de reformas

políticas e para abolição do sistema racial na África do Sul.

Em 21 de Março de 1995, San Nujoma, presidente da Namíbia, condecora José Eduardo dos Santos com a Ordem “Welwitchia” de Primeiro Grau e recebe do seu homólogo Omar Bongo a medalha “Grande Cruz da Ordem Nacional”, em 10 de Agosto, no Gabão.

A Universidade Federal do Brasil outorgou-lhe, em 18 de Agosto, o título de Doutor “Honoris Causa” e de Comenda do Visconde de Maua, em reconhecimento a ajuda dada para a derrota do regime racista sul-africano e o sistema do Apartheid.

Em 1996 foi distinguido com o prémio “Galax”, distinção atribuída a políticos notáveis, e com o colar da ordem de “Santiago de Espanha”, entregue por Mário Soares, ex. Presidente português.

Pelo seu contributo na conservação da fauna angolana, recebeu a “Medalha de Ouro do Conselho Internacional de Conservação da Vida Selvagem”, em 1997.

A 29 de Agosto de 1998, a Universidade Brasileira de Iguazu atribuiu-lhe o título de Doutor “Honoris Causa” e a de Mérito Comendador da Ordem José Bonifácio, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Durante a realização dos IV, V, VI e VII Congressos do MPLA, foi confirmado sistematicamente na liderança do partido.



# III.

REALIZAÇÕES  
DO PERÍODO  
DE 1979 À 2002  
(1ª FASE)





## III. REALIZAÇÕES DO PERÍODO DE 1979 À 2002 (1ª FASE)

Durante este período destacaram-se os seguintes feitos de Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República:

### a) No Domínio Político:

1. Em 1979 foi indicado pela direcção do MPLA ao cargo de Presidente do Partido e aos cargos de Presidente da República Popular de Angola e de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA).
2. Institucionalização em Novembro de 1980 da Assembleia do Povo (Parlamento Nacional) e das Assembleias Populares Provinciais.
3. Promoção na primeira metade da década oitenta, das primeiras reformas políticas e económicas, apesar da situação de guerra que o país atravessava.
4. Participação nos anos 80 na Reorganização da Administração Pública, herdada do colonialismo e na expansão do sector petrolífero, na ampliação do sistema do ensino, na formação de quadros dentro e fora do país, na criação de um sistema nacional de cobertura de saúde pública.
5. Início nos anos de 1984-1985, do processo de reintegração dos membros da FNLA (ELNA).
6. Aplicação da Política de Clemência em 27 de Fevereiro de 1988 aos cidadãos então per-



Presidente, ao lado do 1º Ministro de Portugal, Cavaco Silva, assina Acordo de Bicesse.

**1992** José Eduardo dos Santos lançou as pontes para uma solução negociada, dinamizou a abertura do pluralismo político, a economia de mercado e organizou eleições democráticas multipartidárias.

tencentos às outras forças políticas e que se apresentavam às autoridades angolanas.

7. Assinatura em Nova Iorque em Dezembro de 1988 do Acordo Tripartido (Angola, África do Sul e Cuba) que preconizou a Independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas de Angola.
8. Participação em Gbadolite a 22 de Junho de 1989 para assinatura de um acordo de paz duradoura para Angola que previa na sua essên-

cia a amnistia e a integração dos militantes da UNITA e o exílio para Jonas Savimbi.

9. Introdução de reformas democráticas em 1991 com a implementação do multipartidarismo em Angola, pondo fim ao sistema de partido único.
10. Promulgação da Lei Constitucional adoptada em 1992, que institui o multipartidarismo e a economia de mercado.
11. Realização das primeiras eleições em Angola em Setembro de 1992, que deram a vitória ao MPLA (cerca de 50% dos votos). A UNITA (cerca de 40% dos votos), por não ter reconhecido os resultados eleitorais, reiniciou o conflito armado, primeiro em Luanda, e posteriormente em todo território nacional.

**1988** Aplicação da Política de Clemência em 27 de Fevereiro de 1988 aos cidadãos então pertencentes às outras forças políticas e que se apresentavam às autoridades angolanas.



Presidente José Eduardo dos Santos e Mário Soares ex-Primeiro-Ministro e Presidente de Portugal

12. Tomada de posse dos membros do GURN em 11 de Abril de 1997, corporizado por 28 Ministros, 43 Vices e um Secretário de Estado do Café e foi chefiado pelo Dr. França Van-Dúnem.
13. Aprovação pelo Órgão Legislativo das seguintes Leis de Amnistia:
  - a. Lei n.º 18/94 de 10 de Novembro, que amnistia todos os Crimes contra a Segurança do Estado, cometidos por cidadãos nacionais no quadro do conflito militar pós eleitoral;
  - b. Lei n.º 11/96 de 9 de Maio, que amnistia todos os Crimes contra a Segurança Interna do Estado e todos os outros com estes relacionados cometidos por cidadãos nacionais, no quadro do conflito militar angolano;
  - c. Lei n.º 7/2000 de 15 de Dezembro, que visou a obtenção de uma Paz Douradora e a Reconciliação de toda Família Angolana;
  - d. Lei n.º 4/2002 de 4 de Abril, que amnistia todos os Crimes Militares e contra a Segurança do Estado no quadro do conflito armado;

15. Celebração do Protocolo de Lusaka em Novembro de 1994, na Zâmbia entre a UNITA e o Governo.

16. De 1986 a 1992, criação de condições para o derrube do regime fascista da África do Sul, bem como o fim do Apartheid, a proclamação da independência da Namíbia e a retirada das tropas estrangeiras do território nacional.

### b) No Domínio Económico e Social

17. Aprovação e implementação do Programa de Saneamento Económico e Financeiro em 1987 e, outros Programas Anuais de Desenvolvimento Económico e Social.

1991

O Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos (à esquerda), o Primeiro Ministro de Portugal, Mário Soares (ao centro), e o Presidente do Partido UNITA, Jonas Savimbi (à direita), durante o acordo de Bicesse, em Estoril-Portugal. (AMB)



18. Institucionalização do Salário Mínimo Nacional em 1991.
  19. Adopção de Economia de Mercado como modelo de desenvolvimento do país, em substituição da Economia Centralizada.
  20. Aprovação de vários instrumentos jurídico-legais para sustentar as reformas económicas e sociais então iniciadas.
- c) No Domínio Diplomático**
21. Desenvolvimento de uma política activa de solidariedade com os movimentos de libertação nacional, em particular com os da Namíbia, Zimbabwe e África do Sul.
  22. Realização de uma intensa actividade diplomática em 1993 que culminou com o reconhe-

cimento do Governo de Angola pelos Estados Unidos de América;

23. Co-fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no Centro Cultural de Belém, Portugal, em 15 de Julho de 1996.
24. Eleição de Angola a membro não permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas a 27 de Setembro de 2002.

**d) No Domínio Militar**

25. Ascensão ao grau de General do Exército, a mais alta patente militar em Angola, em 9 de Dezembro de 1986.
26. Esforços entre 1986 e 1992, para o processo de pacificação com a retirada das tropas invasoras sul-africanas do território angolano e o repatriamento do contingente auxiliar cubano.
27. Liderança nas operações militares de Cuito Cuanavale e Mavinga em finais de 1988 e 1989, que asseguraram a vitória das FAPLA sobre as forças da UNITA e Sul-Africanas;
28. Expulsão das tropas militares da UNITA dos principais bastiões que ocupavam no país, bem como das zonas de produção de diamantes onde controlava entre 1992 a 1994, 90% da produção de diamantes;
29. Contribuição valiosa para que as Forças Armadas se tornassem um baluarte e garante da segurança do Estado Democrático.
30. Liderança no combate derradeiro que culminou com a morte, em combate, do líder da UNITA, aos 22 de Fevereiro de 2002.

31. Assinatura em 4 de Abril de 2002, do Memorando de Entendimento do Luena entre o Governo e as forças militares da UNITA, sem qualquer mediação estrangeira.

2002

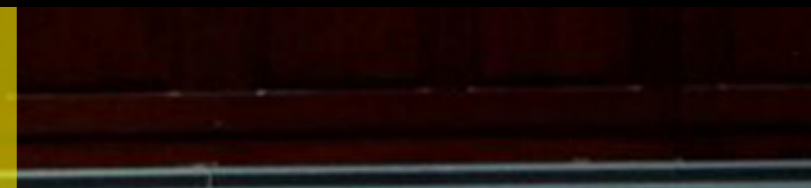
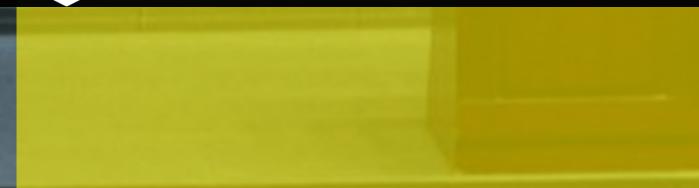
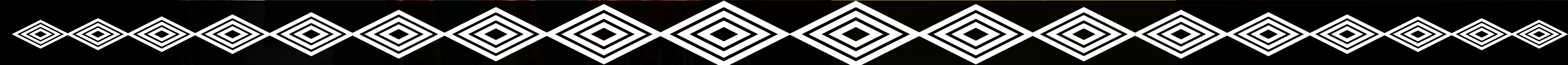
Assinatura em 4 de Abril de 2002, do Memorando de Entendimento do Luena entre o Governo e as forças militares da UNITA, sem qualquer mediação estrangeira.





# IV.

REALIZAÇÕES  
DO PERÍODO  
DE 2002 À 2012  
(2ª FASE)





## IV. REALIZAÇÕES DO PERÍODO DE 2002 À 2012 (2ª FASE)

Durante este período destaca-se o seguinte:

### a) No Domínio Político:

33. Conclusão, a 1 de Agosto de 2006, do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na província de Cabinda, formalmente assinado na província do Namibe entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), com vista a pôr ao conflito militar naquela província.
34. Por sua iniciativa levou à consideração e aprovação do Órgão Legislativo (Assembleia Nacional) da Lei de Amnistia, Lei n.º 11/06, de 29 de Novembro, que amnistia todos os crimes contra a Segurança do Estado e todos outros crimes com estes relacionados, cometidos por cidadãos nacionais, no quadro do conflito interno na Província de Cabinda.
35. Início do Processo de Reforma da Justiça em 2004 com o objectivo de melhorar a prestação de serviços aos cidadãos e instituições.
36. Vencedor das eleições de 5 e 6 de Setembro de 2008 onde o MPLA obteve uma maioria de votos com 80%.
37. Promulgação a 5 de Fevereiro de 2010 da Constituição da República.
38. Vencedor das eleições de 31 de Agosto de 2012.

### b) No Domínio Económico e Social



Presidente José Eduardo dos Santos abraça o General Geraldo Abreu Muen-go Ukwachitembo "Kamorteiro", selando a paz definitiva em Angola.

**2006** Por iniciativa do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, foi, finalmente, alcançado um entendimento entre as chefias militares do Governo e a das forças rebeldes, que levaram ao fim definitivo da guerra em Angola.

39. Aprovação em 2002, do Programa de Reconstrução Nacional, com a finalidade de repor as infra-estrutura destruídas durante o conflito armado, tais como a construção de vias rodoviárias, construção e reabilitação das principais unidades hospitalares e escolares do país, das principais estações de tratamento de água, etc. permitindo desta forma a circulação de pessoas e bens o regresso dos deslocados às suas zonas de origens, e a melhoria das condições sociais das populações.

40. Desenvolvimento e modernização do sector petrolífero, bem como a formação dos jovens em áreas técnicas de engenharia de petróleos, tornando o país na terceira maior economia de África Subsariana, depois da África do Sul e Nigéria e o segundo maior produtor de petróleo em África.
41. Aprovação da Estratégia de Combate à Fome e Redução da Pobreza em Janeiro de 2004, no âmbito do Programa de Reabilitação e Reconstrução pós Conflito, que permitiu com a sua implementação executar vários projectos que têm trazido melhorias às condições de vida das famílias e das comunidades rurais.
42. No quadro do Programa Geral de Governação 2005-2006, foram aprovadas as Leis das Instituições Financeiras e dos valores mobiliários e o Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais.
43. Levantamento do universo das empresas públicas e diagnóstico das empresas estatais, com o objectivo de definir que empresas deveriam passar para o sector privado.
44. Aprovação de processos de redimensionamento empresarial que arrecadaram o equivalente a USD 9.651.258,61.
45. Aprovação dos Códigos Gerais Tributários, do processo Tributário e do Código das Execuções Fiscais.
46. Co-fundador em Novembro de 2006 da Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes (ADPA) com o objectivo de promover a cooperação no mercado e investimento estrangeiro na indústria diamantífera Africana.
47. Concepção da estratégia de reabilitação e desenvolvimento de médio e longo prazo através da execução do Programa Intercalar para 2005-2006.
48. Adopção da estratégia de construção de Pólos de Desenvolvimento Industrial no sentido de acelerar o crescimento económico tais como os de Fútila (Cabinda), Viana (Luanda), Catumbela (Benguela), Lucala (Kuanza-Norte) e Caála (Huambo) e a elaboração de estudos com vista à construção dos Pólos de Desenvolvimento Industrial da Matala e Kassinga (Huíla), Bom Jesus (Luanda), Kunge (Bié), Don-do (Kuanza-Norte), Soyo (Zaire), Uíge (Uíge) e Saurimo (Lunda-Sul).
49. Desencadeamento de um conjunto de acções no intuito de uniformização, desburocratização, simplificação e modernização do Siste-



Presidente da República, sua Excelência Engenheiro José Eduardos dos Santos, preside reunião do conselho de Ministros.

**2005** No quadro do Programa Geral de Governação 2005-2006, foram aprovadas as Leis das Instituições Financeiras e dos valores mobiliários e o Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais.

ma de Licenciamento Comercial, bem como a garantia de expansão da Rede Comercial em Angola e da criação de ambiente propício para a realização de investimentos privados.

50. A construção de grandes fazendas agrícolas em diversas regiões do País para alavancar a actividade agro-pecuária e agro-industrial, tais como: as Fazendas de Desenvolvimento Agrícola de Sanza Pombo e Negage (Uíge), Camaiangala (Moxico), Manquete (Cunene), Camacupa (Bié), Luena (Moxico), Nzeto (Zaire), Capanda, Pedras Negra (Malange), dentre outros.
51. Recuperação e conclusão de empreendimentos hidroeléctricos de Kapanda, Ngove e Cambambe.
52. Construção de centralidades habitacionais nas províncias de Luanda, Lunda-Norte, Uíge,



Cabinda, Bengo, Benguela, Huambo, Bié, Huíla, e Namibe.

53. Aprovação do Plano Estratégico de Acção de Minas 2006-2011 com a finalidade de reconstrução nacional e desenvolvimento do país, bem como permitir a livre circulação de pessoas e bens.
  54. Aprovação de uma Estratégia de Desenvolvimento das Alfândegas a longo prazo 2007-2012.
  55. Apresentação da Conta Geral do Estado 2010 e a elaboração do diploma regulador de actividade dos Seguros de Angola.
  56. Aprovação do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural integrado por três eixos fundamentais nomeadamente, o Programa de Apoio à Mulher Rural e da Periferia, o Projecto Integrado de Caxicane e o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado do Ludi.
  57. Início do processo de Reforma da Justiça em 2004, tendo-se elaborado vários projectos de diplomas legais com destaque para o Código Aduaneiro, a Lei que cria a Sala do Contencioso Fiscal e Aduaneiro, a Lei de Revisão das Custas Judiciais, a Lei das Sociedades de Advogados, a Lei de Criação dos Centros de Arbitragem, a Lei sobre a Regularização Jurídica dos Imóveis, a Lei Orgânica dos Tribunais e a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral da República etc.
- c) No Domínio Diplomático**
58. Eleição de Angola como membro do Conselho dos Direitos Humanos tendo sido reconduzido para um segundo mandato na Presidência da SADC à 2 de Outubro de 2002.



59. Em 2002 o país organizou pela 1ª vez a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, num momento em que tinha acabado de alcançar a Paz e Estabilidade, depois de 30 anos de conflito armado.
60. Em Setembro de 2004 assumiu a Presidência da VI Reunião Ministerial dos Estados Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.
61. Em 18 de Junho de 2007 foi eleita como Membro do Conselho de Segurança da ONU.
62. Presidência da Comissão do Golfo da Guiné em 25 de Novembro de 2008, na II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.
63. Presidência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) na VIII Cimeira de

Chefes de Estado e de Governo a 23 de Julho de 2010.

64. Vice-presidência do Comité de Sanções sobre a Libéria; Presidência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa a 23 de Julho de 2010.
65. Presidência da SADC a 17 de Agosto de 2011.
66. Criação e Presidência da Conferencia Internacional dos Grandes Lagos em 2014.
67. Segundo maior contribuinte financeiro da SADC, depois da África do Sul, com uma quota que perfaz o valor monetário de USD 4.800.000,00 anuais.
68. Enquanto Presidente do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC, destacou-se pelas seguintes realizações:
  - a. Lançamento da Força de Alerta da SADC;
  - b. Realização do exercício "Golfinho";
  - c. Criação da Unidade de Mediação, Gestão e Prevenção de Conflitos na Região;
  - d. Participou no esforço de estabilização e paz do governo da República Democrática do Congo (RDC), em conjunto com a Namíbia e o Zimbabwe;
  - e. Liderou a mediação da crise política que assolava a Região dos Grandes Lagos, sobretudo no Leste da RDC;
  - f. Forte empenho na resolução das crises políticas e pós eleitorais ocorridas nas Repúblicas do Zimbabwe, Madagáscar, Malawi e no Reino do Lesoto, aconselhando as partes políticas em conflito a recorrerem ao diálogo e à negociação pacífica;
  - g. Criação do Secretariado de Política, Defesa e Segurança, com o objectivo de acompanhar e harmonizar os diversos dossiers sobre a matéria.



70. Contribuição na elaboração, acompanhamento e monitorização dos seguintes projectos:
  - a. Projecto UNIVISA;
  - b. Conselho Executivo Eleitoral;
  - c. Combate ao Tráfico Ilegal de Seres Humanos e Migração Ilegal;
  - d. Estratégia Regional de Combate à Pirataria Marítima;
  - e. Livre Circulação de Pessoas na Região da SADC.

71. Para o período de 2011-2012 a República de Angola, identificou como objectivos prioritários: i) a Revisão do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP); ii) a Avaliação do Processo de Integração Regional e suas Estruturas, bem como; iii) a Manutenção e Estabilidade da Paz na Região.

**d) No Domínio Militar**

72. Implementação da Estratégia para o Processo de Reedificação e Apetrechamento das Forças Armadas Angolanas (FAA) nos três ramos militares (Exército, Força Aérea e Marinha de

Guerra) para equipá-los com meios modernos e um efectivo com eficiente formação, visando os desafios do futuro.

73. Elaboração da estratégia para melhorar a selecção de novos efectivos a incorporar no Exército Nacional, trazendo para as suas fileiras o melhor da juventude.

74. Implementação da Estratégias de requalificação e apetrechamento das unidades militares.

75. Emissão de várias directivas enquanto Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas para torna-las mais eficientes e operativas.

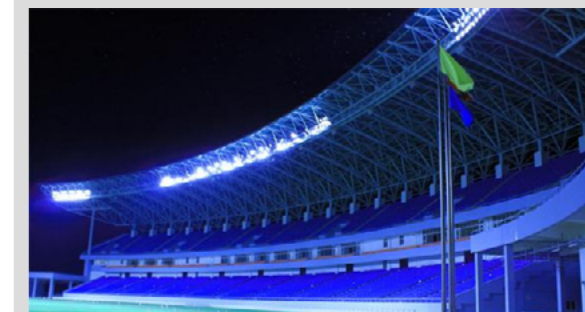
**No desporto**  
**Construção de estádios de futebol**

O CAN (Campeonato Africano das Nações) realizado em Angola no ano de 2010, fez o país ganhar magníficos espaços multiusos como os estádios de futebol.

Luanda: Estádio Nacional 11 de Novembro - capacidade para 50.000 pessoas.



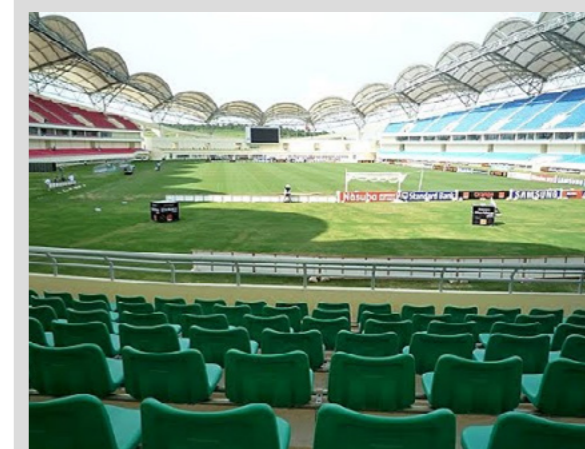
Benguela: Estádio Nacional de Ombaka - capacidade para 35.000 pessoas.



Huíla: Estádio Nacional da Tundavala - capacidade para 25 000 pessoas



Cabinda: Estádio Nacional do Chiazzi - capacidade para 20.000 pessoas.

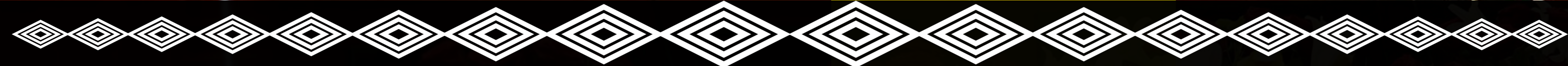






V.

TOMADA DE POSSE  
COMO PRESIDENTE  
DA 3.<sup>a</sup> REPÚBLICA DE  
ANGOLA - 2012 À 2017





## V. TOMADA DE POSSA COMO PRESIDENTE DA 3.<sup>a</sup> REPÚBLICA DE ANGOLA - 2012 À 2017

Neste âmbito, Eng.º José Eduardo dos Santos, enquanto Presidente da República e Titular do Poder Executivo desencadeou e liderou as seguintes acções:

### a) No Domínio Político

76. Realização do Censo Geral da População e Habitação em 2014 que proporcionou dados essenciais para a definição da política da população, a instituição do Conselho Nacional da População, etc..
77. Definição da estratégia para a materialização dos seis (6) grandes objectivos nacionais com a implementação de políticas de desenvolvimento previstas no PND 2013-2017, designadamente: (i) política de população; (ii) política de modernização do sistema de defesa e segurança nacional; (iii) política de Apoio à reintegração socioeconómica de ex-militares; (iv) política de estabilidade e regulação macroeconómica; (v) política de reforma tributária e das finanças públicas; (vi) política de promoção do crescimento económico, do aumento do emprego e de diversificação económica; (vii) política de repartição equitativa do rendimento nacional e de protecção social; (viii) política de modernização da administração e gestão pública; (ix) política integrada pra a juventude; (x) política de promoção do desenvolvimento equilibrado do território; e

**2013** Definição da estratégia para a materialização dos seis (6) grandes objectivos nacionais com a implementação de políticas de desenvolvimento previstas no PND 2013-2017.



Vista parcial da centralidade do Kilamba, Luanda - Angola (ZM), a maior centralidade do país.

(xi) política de reforço do posicionamento de Angola no contexto internacional e regional, na União Africana e na SADC.

78. Em 2016, no interesse supremo de ver Angola e os Angolanos verdadeiramente reconciliados, aprovou a Lei de Amnistia para todos os crimes comuns puníveis com prisão até 12 anos.

79. Aprovação da Nova Lei da Nacionalidade e sua regulamentação visando salvaguardar um conjunto de requisitos e procedimentos relativo à protecção do cidadão nacional.
80. Elaboração da proposta de Política Nacional do Antigo Combatente e Veteranos da Pátria.

### b) No Domínio Económico e Social

81. Execução do Programa Angola Investe, a instalação de Pólos Agro-industriais de Kapan-da, Cubal, Longa, Quizenga, Pedras Negras e Camabatela, a construção do Matadouro Industrial em Camabatela, 5 Entrepósitos Frigoríficos (Caxito, Dombe Grande, Namibe, Chibia, e Dondo), loteamento dos Polos de Desenvolvimento Industrial de Negage, Luçala, Malanje, Porto Amboim, Caala, e Kunje, a construção de infra-estruturas do Pólo de Desenvolvimento Industrial do Fútila, a reconstrução das unidades têxteis Testang II, África Têxtil e Satec.
82. Actualização do cadastro mineiro nas 18 províncias no âmbito do PLANAGEO.
83. Implementação do Programa de Industrialização do País e o fomento da pequena industria Rural.
84. Criação do Instituto Nacional de Apoio e Promoção das Exportações, do Laboratório Nacional do Controlo de Qualidade e do Centro Logístico de Distribuição.
85. Execução do Plano de Desenvolvimento Integrado no âmbito do projecto Okavango-Zambeze.
86. Aquisição de 5 catamarãs e a construção de 124 estações ferroviárias, bem como a implementação do projecto de Navegação Fluvial

dos Rios Cubango e Cuanavale.

87. Aprovação em Janeiro de 2016 da Estratégia do Governo para a Saída da Crise derivada da Queda do Preço do Petróleo no Mercado Internacional, que contém um conjunto de medidas a serem adoptadas nos domínios monetário, fiscal, cambial, da comercialização externa e do sector real da economia com a finalidade dentre outros, reduzir o impacto da escassez de divisas na economia nacional.
88. Revisão dos Códigos do Imposto Industrial e Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, os Códigos do Imposto de Selo, conclusão da reabilitação dos Caminhos de Ferro de Benguela, de Luanda e de Moçâmedes, bem como dos Portos do Lobito e Namibe, Regulamento do Imposto de Consumo e o Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

**2016** Aprovação em Janeiro de 2016 da Estratégia do Governo para a Saída da Crise derivada da Queda do Preço do Petróleo no Mercado Internacional.



Presidente da República de Angola, preside reunião do conselho de Ministros, no palácio presidencial.

2016

Aprovação de novos diplomas legais da ZEE Luanda-Bengo, e o modelo de importação da ZEE e Polos de Desenvolvimento Industriais.



O Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, corta a fita na inauguração da fábrica, na Zona Económica Especial, Município de Viana, Luanda - Angola.

- 89. Início de implementação do Programa de Modernização Informática das Alfândegas, com vista a garantir a informatização de todas as instâncias e postos aduaneiros, bem com prosseguiu-se com o projecto Guichet Único do Importador e a figura do Operador Económico Autorizado.
- 90. Aprovação do Regulamento sobre o Regime Jurídico da Rede Nacional de Plataformas Logísticas e a sua interligação com a Rede Nacional de Transportes.
- 91. Elaboração do primeiro estudo do observatório económico “Empreender, Diversificar e Competir”.
- 92. Aprovação de novos diplomas legais da ZEE Luanda-Bengo, e o modelo de importação da

ZEE e Polos de Desenvolvimento Industriais.

- 93. Elaboração e instalação do Sistema de Inscrição e Contribuição (SIS), assim como a operacionalização do Regime do Trabalhador por Conta Própria (TCP)”.
- 94. No âmbito da Política de Modernização da Administração e Gestão Pública destaca-se a aprovação dos diplomas legais que visam a organização e o funcionamento dos serviços da função pública, a realização de acções formativas na utilização da ferramenta do Sistema de Informação do Programa de Investimento Público (SIPIP) e difusão das metodologias de acompanhamento e avaliação dos instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento.
- 95. Construção em Outubro de 2014 do primeiro-cabo submarino de fibra óptica do Hemisfério Sul visando conectar as cidades de Luanda (Angola) e Fortaleza (Brasil), permitindo assim uma ligação mais directa entre os dois continentes e melhorar a qualidade das ligações de Internet a nível nacional e internacional.
- 96. Implementação do programa de construção do primeiro satélite angolano, AngoSat-1 que permitirá assegurar as telecomunicações em todo o território nacional e disponibilizar serviços de telecomunicações, televisão, internet e governo electrónico.
- 97. Construção das Infra-estruturas integradas do Uíge, Negage, Menongue e Saurimo; do projecto Nova Vida em Luanda 2ª fase e das infra-estruturas básicas das reservas fundiárias da zona sul de Benguela, Mungo (Huambo) Chitato (Lunda Norte), Catapa (Uíge), Quissama (Luanda), Mabubas (Bengo) e Misombo (Cuando Cubango).
- 98. Implementação do Programa de Construção

de Mediatecas no Uíge, Malanje, Bié, Cabinda, Luanda e Lunda Sul.

- 99. Construção do Centro de recuperação Física para Atletas de Alta Competição e do Centro Comunitário do Songo; a continuação das obras de reabilitação do Centro de Medicina do Desporto e aquisição dos seus equipamentos médicos; dos Centros Comunitários da Juventude do Cazenga (Luanda), Ambriz (Bengo), Cacuso (Malange), Cuchi (Cuando Cubango); a inauguração dos Centros Comunitários dos Ramiros (Luanda) e da Cahama (Cunene).
- 100. Implementação dos Programas de Cuidados Primários de Saúde, construção de hospitais de referência na Lunda Norte, Lunda Sul, Cuanza Norte, Uíge, Zaire e melhoria dos hospitais regionais de Cabinda, Benguela, Huila,

Huambo e Malanje, que constituem o exemplo de grande envergadura.

- 101. Funcionamento do Centro de Resolução de Conflitos em Arbitragem e Mediação e implementação do processo de massificação e simplificação do registo civil e atribuição de bilhetes de identidade (emissão de 5.418.570 bilhetes de identidade e de 2.791.769 registo criminais, em 2016).
- 102. Criação da Associação Angolana dos Inventores e Inovadores, bem como a instituição do Prémio de Inovação.
- 103. O Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca constitui um dos principais projectos do Plano Nacional de Desenvolvimento para o Sector de Energia. Construído no Rio Kwanza com o fim de tornar o país auto-suficiente em matéria de energia. A referida obra ‘monstruosa’ começou a ser erguida em 2012 e a sua conclusão está prevista para 2018.

- 104. A histórica cidade do Mbanza Congo, actual capital da província do Zaire e antiga capital do Reino do Congo, desde 8 de Julho, foi declarada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade.

A prestigiante classificação internacional do primeiro sítio em território angolano foi feita durante a 41.<sup>a</sup> sessão do Comité do Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que decorreu em Cracóvia, no sul da Polónia. O projecto “Mbanza Kongo, cidade a desenterrar para preservar”, que tinha como principal propósito a inscrição da capital do antigo Reino do Congo na lista do património da UNESCO, foi oficialmente lançado em 2007.

2017

A histórica cidade do Mbanza Congo, actual capital da província do Zaire e antiga capital do Reino do Congo, desde 8 de Julho, foi declarada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade.



A cidade de Mbanza Congo possui toda uma conjuntura e requisitos para ser elevada a património da humanidade, Zaire - Angola.



Mbanza Congo é património cultural nacional desde 10 de Junho de 2013. Este foi um pressuposto indispensável para a sua inscrição na lista de património mundial.

O ponto mais alto deste estudo foi a fase das escavações arqueológicas realizadas na zona classificada da cidade. Angola é membro do Comité do Património Mundial da UNESCO para um mandato de quatro (4) anos desde Novembro de 2015, cuja eleição ocorreu durante a 20ª Assembleia Geral dos Estados Partes à Convenção do Património Mundial realizada em Paris (França). Para além da Cidade de Mbanza Congo, foi também inscrita pela UNESCO como Património Mundial, a cidade histórica de Hebron, na Palestina.

**c) No Domínio Diplomático**

105. Participação no reforço do posicionamento de Angola no contexto internacional e regional, em particular na União Africana e na SADC, nos Grandes Lagos e no Golfo da Guiné.

**d) No Domínio Militar**

106. Contribuição no Processo de Modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional, com destaque para aprovação de vários diplomas legais para os Órgãos de Defesa, de Segurança, bem como para a formação e capacitação de militares no país e no estrangeiro.

107. Aprovação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas; revisão e conformação dos seguintes diplomas: Estatuto Orgânico do Ministério da Defesa Nacional, Lei Geral do Serviço Militar, Lei de Carreira do Militar, Lei do Postos e Distintivos Militares, Lei da Hierarquia das FAA, Lei Penal Militar, Lei-Quadro da Programação Militar e Estatuto Orgânico

do Estado Maior General das FAA;

108. Aprovação do Regulamento de Carreira Específica do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros e do Serviço de Migração e Estrangeiros, bem como os Regulamentos de Uniforme e Distintivos do Efectivo dos Serviços Prisionais; do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros; do Serviço de Migração e Estrangeiros e do Regulamento do Registo de Infracções de Condutores.

109. Apoio na formação dos ex-militares em várias especialidades.

**334** Barragem de Laúca, com capacidade de gerar 334 megawatts e produzir energia eléctrica, que se destina às populações de Malange, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Uíge e Zaire.



**Malange- Inauguração da 1ª fase da barragem de Laúca.** O Titular do Poder Executivo Angolano, José Eduardo dos Santos, pronto para accionar o botão para o arranque da Barragem de Laúca, em Malange-Angola



**Barragem de Laúca**  
O gigante da energia angolana

**Produção**

- Capacidade de produção/final: 2.067 MW
- Início de Produção de Energia: 2017.

**Engenharia aplicada**

- 6 Milhões m3 de escavações a céu aberto
- 1,6 Milhões m3 de escavações subterrâneas
- 2,6 Milhões m3 de betão compactado com cilindro
- 500 Mil m3 de betão convencional.

**Mão de obra**

Efectivo Total 3.688:  
Nacionais - 93% e Expatriados - 7%.

**Trabalhadores das 18 províncias no Laúca:**

Malanje com 944; Luanda com 396; Kwanza Norte com 336; Huambo com 121; Kwanza Sul com 78; Uíge com 68; Benguela com 51; Bengo com 44; Lunda Norte com 37; Huíla com 32; Zaire com 22; Bié com 12; Cabinda com 7; Namibe com 4; Cunene com 3; Lunda Sul com 3 e Kuando-Kubango com 1.





VI.

O LÍDER POR  
EXCELÊNCIA





## VI. O LÍDER POR EXCELÊNCIA

Com base nos factos e realizações da governação do Presidente José Eduardo dos Santos foram elencados algumas das mais relevantes consequências positivas de tais medidas na vida socioeconómica, política e militar do País conforme abaixo vem exemplificado:

113. Muito receptivo aos contributos diversos para a resolução prática dos diversos problemas de interesse nacional, mesmo provenientes de quadros que não militam nas fileiras do MPLA e que preservam a sua condição independente.

114. O país conheceu desde o alcance da paz em 2002 um aumento considerável de infra-estruturas económicas e sociais que ajudam a melhorar a cada dia que passa a vida das populações, quer no domínio das águas, transporte, educação, saúde, indústrias, energia e outros. Os dados indicam que em 15 anos de Paz o país construiu mais escolas e hospitais e habitações sociais do que os 500 anos de colonização. Continua a crescer o número de usuários das novas tecnologias de informação e comunicação, assim como o número de passageiros nos diversos meios de transportes existentes no país. A realização de 319.385 novas ligações no âmbito do Programa de Expansão da Capacidade de Produção e Transporte de Energia eléctrica; e a instalação dos 533 MW em diversas províncias. Provisão de água a 571.197 habitantes em resultado da construção de 675 pontos de água e 275 pequenos sistemas de abastecimento de água e o alcance da taxa de 66,14% para a cobertura da população rural servida com água potável.



115. No fim do primeiro semestre de 2005, possibilitou-se a reintegração social dos efectivos das ex-forças militares da UNITA e respectivas famílias, num total de 400 mil pessoas. Reinstalação até Maio de 2005 de mais de 98% de deslocados resultantes do conflito armado. Reinserção de quase 4,5 milhões de habitantes representando na altura um terço da população. Com o término do processo de reassentamento da população deslocada nas suas áreas de origem/destino no ano de 2006, foi possível a reintegração de 4.249.888 cidadãos deslocados.

116. No âmbito da Política Integrada para a Juventude os diferentes programas e projectos do Executivo ao longo dos anos consubstanciaram-se na melhoria da vida dos jovens através da criação de condições condignas de habitabilidade, emprego e acesso às instituições de ensino em vários níveis; os esforços desencadeados nestes anos apontam por exemplo, a realização da Feira do Auto-emprego e Empreendedorismo e do 1º Encontro ou Fórum Nacional da Juventude; a alocação de 7.800 habitações sociais; o acesso ao Programa Nacional de Habitação com uma quota de 30% em cada projecto; a promoção de acções para o desenvolvimento do associativismo juvenil e estudantil; o reforço da sua capacidade organizativa, intervenção política e social.

117. Outros exemplos a destacar estão relacionados com número de alunos matriculados no sistema de ensino, que na altura ultrapassou os 7 milhões. Adopção de uma estratégia consistente que permitiu formar até 2005, 9.418 quadros superiores, dos quais 6.536 internamente e 2.282 no exterior e mais de 20 mil técnicos médios. Em 2005 o país já dispunha no sector público 4.880.350 alunos, dos quais 4.707.900 no ensino de base, 131.230 no ensino médio e o enquadramento de mais de 87.861 estudantes nas novas instituições superiores de ensino e com a participação do sector privado que conta com muitas Universidades e Instituições Superiores, em conjunto absorvem mais de 220.377 estudantes, 8.897 docentes e 2.218 salas de aulas e a formação de 12.116 professores. A construção de novas Universidades e Institutos Superiores no período de 2002-2012 já atrás referenciada, em Cabinda, Uíge, Luanda, Benguela, Huambo, Bié, Huíla, Bengo, Kuanza-Sul, Kuanza-Norte

2,7

Definição da estratégia para a materialização dos seis (6) grandes objectivos nacionais com a implementação de políticas de desenvolvimento previstas no PND 2013-2017.



Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inaugura Zona Especial Económica Luanda-Bengo.

e Lunda-Norte contribuiu sobre maneira para expansão da aprendizagem, com a construção de 53.592 salas de aulas e 6.168.454 alunos matriculados em 2010 e a adopção do Plano Anual de Ciência e Tecnologia e Inovação.

118. No sector da saúde houve ganhos extraordinários, por exemplo a esperança de vida de acordo com dados definitivos do senso geral da população de 2014 aumentou para 60,2 anos de idade, a taxa de mortalidade de crianças de 0-59 meses é de 68/1.000 nados-vivos; 61% das mulheres grávidas tiveram quatro ou mais consultas pré-natais e 82% das mesmas foram atendidas nestas consultas por pessoal de saúde qualificado e 50% assistidas no parto por pessoal de saúde qualificado; a taxa de fecundidade das mulheres ainda é elevada, situando-se em 6,2 filhos por mulher e a prevalência contracepti-

va entre as mulheres casadas ou em união de facto é muita baixa, apenas 14%; a taxa de crescimento natural é de 2,7% assistindo-se o aumento da população angolana em 25 milhões, 789 mil e 24 habitantes, dos quais, 12 milhões, 499 mil e 41 são homens, o que corresponde a 48% e 13 milhões, 289 mil e 983 são do sexo feminino o que corresponde a 52%.

119. Construção de Novas Centralidades e muitos projectos habitacionais que tem permitido aos angolanos beneficiar de casa própria e condigna. A título de exemplo e no âmbito do subprograma dos 200 fogos por Município, foram construídos, até ao I trimestre de 2014, um total de 5.893 casas, em todas as províncias do país. Neste particular, destaca-se a construção das centralidades do Kilamba (Luanda), Sequele (Luanda) ambas com mais de 50 mil apartamentos, de Cabinda com 1.002 apartamentos, do Dundo (Lunda Norte), com 5.004, do Quilamoço (Uíge) com 1.026, do Sumbe (Cuanza Sul) com 2.062, do Cuíto (Bié) com 830, da Caála (Huambo) com 3.235, do Lossambo (Huambo) com 2.039, do Bailundo (Huambo) com 2.591, do Andulo (Bié) com 172, do Luena (Moxico) com 316, do Cazenga (Luanda) com 128 e a Centralidade do Sambizanga (Luanda) com 480 fogos.

120. Um grande exemplo do esforço do Executivo na estabilização macroeconómica vem de 2002 quando, tão logo o país alcançou a paz empenhou-se até 2004 na estabilização monetária e financeira, onde a taxa de crescimento do PIB foi de 10% e a taxa de inflação passou de 100% em 2002 para 31% em 2004, e a taxa de câmbio estabilizou desde 2003 face ao dólar. O Défice fiscal passou de 7,8% em 2003 para um superavit de 0,6 em 2004. As reservas líquidas passaram de 1 mês de importações em 2003 para 2,4 meses em



**2014** No sector da saúde houve ganhos extraordinários, por exemplo a esperança de vida de acordo com dados definitivos do senso geral da população de 2014 aumentou para 60,2 anos de idade.

2004.

121. As informações estatísticas disponíveis permitem confirmar que depois de 2002, o crescimento económico tem sido intenso, acentuando-se o ritmo de variação do PIB à partir de 2005. A variação real acumulada do Produto Interno Bruto entre 2002 e 2006 foi de 89,6 por cento, ou seja, quase que foi multiplicado por dois, em apenas cinco anos.

122. Os efeitos positivos de tudo quanto acima se referiu, são expressos na estabilidade cambial, então verificada, na reposição da confiança a moeda nacional – de que resultou um aumento significativo dos depósitos em Kwanzas – no controlo do défice orçamental, no abaixamento da inflação, na maior transparência das contas públicas e na melhoria da

imagem externa do País junto das mais importantes instituições financeiras e económicas internacionais.

123. O sector petrolífero, cresceu de tal maneira que passou a constituir-se no pilar de desenvolvimento número um da economia nacional com uma carteira de negócios constituída por 21 blocos, dos quais 5 operados ou explorados, 16 blocos associados e 3 em desenvolvimento e uma força de trabalho muito acentuada, permitindo em 2013 a produção de 626 milhões, em 2014 de 610 milhões, em 2015 de 649 milhões e no II trimestre de 2016 de 159,2 milhões de barris de petróleo. O país ainda desenvolve um dos maiores projectos de produção de gás natural em África denominado Angola LNG.

124. O sector da indústria transformadora durante o período de 2002 à 2011, registou um crescimento médio anual na ordem de 12,2%, tendo para tal concorrido os subsectores da indústria alimentar com 12%, bebidas com 15%, papel e embalagem de papel com 6%, química com 11%, plásticos com 4%, minerais não metálicos com 7%, produtos de metal com 10%, máquinas e aparelhos eléctricos com 3%, bem como foram criados 603 estabelecimentos industriais privados, o que representou um investimento significativo na ordem dos US\$ 3.594.239.470,65.

125. Adopção de uma estratégia de desenvolvimento para o sector mineiro que permitiu a exploração, desde 2002 à 2011, de 76 milhões de quilates, sendo que 67,7 milhões de quilates provenientes da produção industrial e 8,3 milhões da produção artesanal e uma força de trabalho até 2010 de aproximadamente 9,2 mil trabalhadores, dos quais cerca de 94%, nacionais.

126. Outras realizações de impacto social no período 2013-2017 são:

a) Execução do Programa Angola Investe, a instalação dos pólos agro-industriais já referidos, de Capanda, Cubal, Longa, Quizenga, Pedras Negras e Camabatela, a construção do matadouro industrial em Camabatela (Cuanza Norte), de 5 entrepostos frigoríficos (Caxito, Dombe Grande, Namibe, Chibia e Dondo), a aprovação de 16 Programas Dirigidos para os sectores da Agricultura, Pescas e Industria, bem como a elaboração do Plano Operacional de Supervisão da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, em conformidade com o artigo 15 do Decreto;

b) A construção das infraestruturas integrada do Uíge, Negaje, Menongue e Saurimo, do



**21** O sector petrolífero, cresceu de tal maneira que passou a constituir-se no pilar de desenvolvimento número um da economia nacional com uma carteira de negócios constituída por 21 blocos



2002

O sector da indústria transformadora durante o período de 2002 à 2011, registou um crescimento médio anual na ordem de 12,2%,



Projecto Nova Vida (Luanda) – 2.<sup>a</sup> fase e das infraestruturas básicas das reservas fundiárias da Zona Sul de Benguela, Mungo (Huambo), Chitato (Lunda Norte), Catapa (Uíge), Quissama (Luanda), Mabubas (Bengo) e Missombo (Cuan-do Cubango), aprovação e execução dos Planos de Desenvolvimento Provincial 2013-2017 de todas as províncias e a elaboração de 11 Planos de Requalificação Urbana, 53 Planos Directores Municipais (em 15 províncias), 73 Planos de Urbanização, 6 Planos de Requalificação e a reabilitação ou construção de 3.013 km de estrada a rede fundamental, 1.476 km da rede secundária e 3.098 km da rede terciária e 403 pontes, sendo 123 definitivas (em betão armado) e 200 provisórias (metálicas);

c) A criação do Instituto Nacional de Apoio e Promoção das exportações (INAPEX); a conclu-

são e inauguração do Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade (LANCOQ); a conclusão da construção da 1.<sup>a</sup> fase do Centro Logístico de Distribuição (CLOD) de Luanda em Viana (com execução financeira de 100%); a construção do CLOD da Caála (com execução financeira de 66,83%) a criação de 20 Centros de Apoio ao Empreendedorismo Comercial e a emissão de 65.798 alvarás comerciais, no âmbito do SILAC; a aprovação do Programa Executivo de Expansão da Rede Comercial (PRECOM); e a conclusão dos Centros de Recolha, Lavagem e calibragem do Bié (Chinguar e Chitembo), do Huambo (Caála) e de Luanda.

d) Execução de 717.280 novas ligações; no âmbito do Programa de Expansão da Capacidade de Produção e Transporte de Energia Eléctrica, a instalação dos 533 MW em diversas provinciais; a continuação da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca, com um grau de execução física na ordem dos 78% e execução financeira de 35%; da Segunda Central do Aproveitamento Hidroeléctricos de Cambambe (4x175 MW), com uma execução física de 99,5%, na construção civil, de 96%, nos equipamentos electromecânicos e de 98%, no alteamento da barragem (com uma execução financeira acumulada de 91%); da Central de Ciclo Combinado do Soyo – Fase 1 e Sistema de Transporte Associado (com execução física de 50%), da Mini-Hídrica de Chiumbe – Dala de 12 MW (com execução financeira acumulada de cerca de 85%) e a conclusão da Linha de Transmissão de 400 KV Cambambe/Catete;

e) Execução do Programa de Recuperação e Conservação da Rede Terciária de Estradas, numa extensão de 17.500 km (com execução financeira, até ao ano de 2016, de 76,48% do valor programado); a conservação e manutenção de 1.224 km da rede fundamental; a construção

de 403 pontes, sendo 123 definitivas (em betão armado) e 280 provisórias (metálicas).

f) No âmbito das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, a conclusão do projecto da Rede E-Government de Angola (para 4 capitais de províncias); a instalação de 2 estações meteorológicas automáticas (no Dundo e no Saurimo); a continuação das obras de construção das Mediatecas do Uíge (43%), Malanje (88%), Bié (91%) e Cabinda (18%) e do projecto ANGOSAT; a aprovação da criação da Televisão Digital de Angola (TVDA), para gerir as infra-estruturas de rede da Televisão Digital; e a criação de 8.019 contas de correios electrónicos institucionais para Organismos da Administração Pública.

g) Criação dos Centros Integrados de Emprego e Formação Profissional nas províncias da Lunda-Sul (com uma capacidade formativa de 700 formandos) e do Cuanza-Norte (com uma capacidade formativa de 300 jovens) e matrícula, pelos Serviços Municipais de Empreendedorismo e Emprego, de 505 candidatos (dos quais, 439 concluíram com êxito); a formação, pelo CINFOTEC, de 801 jovens nos cursos de TIC, Meteorologia, Mecânica, Produção, Electricidade e Mecatrónica e Pedagogia; o registo, pelos Centros de Emprego, de 7.094 admissões directas efectuadas por empresas, destacando-se o sector da construção civil como o maior empregador nesse período (405).

127. Foram igualmente registados ganhos enormes no alargamento da base de incidência das contribuições dos trabalhadores por conta de outrem e um aumento do número de contribuintes segurados e pensionistas, resultando num total de 123.557, 1.656.681 e 117.195, respectivamente, em decorrência do processo de reorganização do INSS.

128. A aprovação do Programa Executivo para Aceleração da Economia, registou o desembolso de financiamento a cerca de 29.363 micros empreendedores (dos quais 2.740 ex-militares e 26.623 civis), no valor aproximado em Kz 128.745 milhões; 2.409 acções de formação, compreendendo um total de 71.636 formados, assim como, a formação de 308 micros empreendedores, no âmbito do protocolo de cooperação INAPEM/INEFOP, que contribuíram sobre maneira para a distribuição da rede nacional.

129. O nível de execução das metas sectoriais do PND 2013-2017, no período 2013-2016, foi de 78,96%.

130. No período de 2013-2016, foram criados 894.805 novos postos de trabalho, dos quais 832.597 (93,05%), no sector real da economia.

131. Em termos nominais, o crédito à economia registou uma tendência crescente ao situar-se em Kz 3.462,3 milhões, em 2016.



# VII.

## DOCUMENTOS DE APOIO E FONTES CONSULTADAS

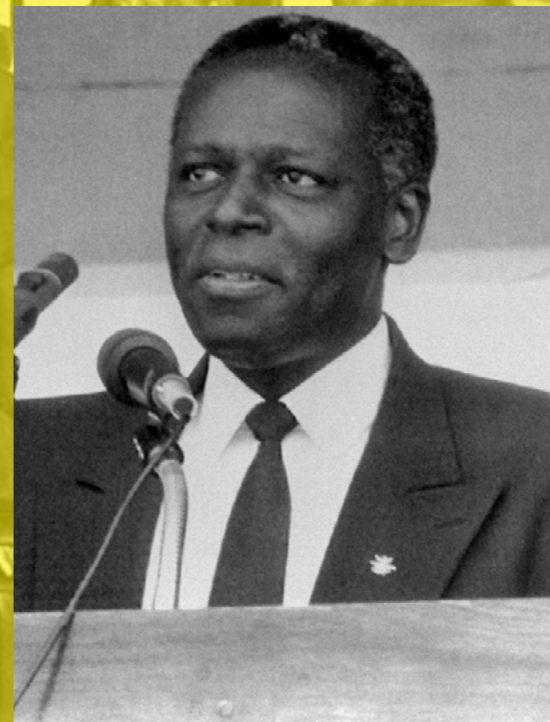
- Relatórios Anuais de Balanço das Actividades do Governo.
- Relatórios Anuais de Balanço dos Programas de Investimentos Públicos.
- Memorandos sobre o Acompanhamento da Execução Física e Financeira de Projectos Estruturantes.
- Programas de Inaugurações de Projectos.
- Relatório de Indicadores Múltiplos e de Saúde.
- Discurso do Camarada Presidente por ocasião do 30º Aniversário da Independência de Angola.
- Mensagens do Camarada Presidente da República à Nação.
- Principal Legislação aprovada durante o período 1979 -2017, sobre a Matéria do Trabalho do Grupo.
- [www.angop.ao](http://www.angop.ao)
- Livro e Memorando Angola 2002 – 2012 – 10 Anos Depois Aqui Há Progresso.





# VIII.

## MEMÓRIA FOTOGRAFICA







O Presidente do MPLA, António Agostinho Neto, proclama a independência da República Popular de Angola, depois de 500 anos de domínio Português, no Largo do 1º de Maio, em Luanda-Angola, 11 de Novembro de 1975.



Investidura: O Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, discursa na investidura em que toma posse, na presença dos membros do Bureau Político do Comité Central e do governo do MPLA, em Luanda-Angola, 16 de Setembro de 1979.



Eleições Legislativas 1992: José Eduardo dos Santos e a Ana Paula dos Santos perante a mesa de voto.



Eleições: José Eduardo dos Santos, deposita nas Urnas o seu boletim de voto nas eleições Legislativas e Presidenciais de 1992, em Luanda-Angola, a 29 de Setembro.



Presidente da República e o presidente da UNTA, Pascoal Luvualu, na marcha alusiva ao dia do trabalhador, 1 de Maio de 1988, Luanda-Angola.



Visita à França: Presidente José Eduardo dos Santos e seu homólogo francês, aos 13 de Abril de 1991.



Encontro de militantes do MPLA: O major, Bento Ribeiro, orienta o encontro com militantes do Partido destacando a presença do camarada Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, em Luanda-Angola, 6 de Agosto de 1979.



II Cimeira dos chefes de Estados Africanos de Língua Portuguesa: perfilados da esquerda à direita, de São-Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, Moçambique, Samora Machel, Cabo-Verde, Aristides Maria Pereira e de Angola, José Eduardo dos Santos, na cimeira de 29 à 30 Março de 1980.





Presidente da República Popular de Angola recebe o seu homólogo de Moçambique, Samora Machel, no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro para participar na cimeira dos países da linha da frente em Luanda – Angola, 8 de Abril de 1986.



José Eduardo dos Santos recebido pelo Secretário Geral do MPLA, Lúcio Lara, após regressar da província de Malanje para capital do país em 17 Junho de 1981.



Camarada José Eduardo dos Santos, recebe em audiência dirigente político durante visita à Europa em 7 de Setembro de 1987.



Visita oficial à Bulgária: José Eduardo dos Santos condecorado pelo presidente da República da Bulgária, Todor Jivkov, aquando da sua visita na Cidade de Sófia, 2 de Outubro de 1981.



As delegações da Rússia e Angola, posam para à fotografia de família, na primeira visita oficial de José Eduardo dos Santos, à Rússia, em Moscovo, 24 de Dezembro de 1979.



Visita do Presidente da República Popular de Angola ao Congo Brazzaville e fala à imprensa ao lado do seu homólogo Denis Sassou Nguesso, em Brazzaville, 5 de Maio de 1989.



Cunene: Comandante-em-Chefe durante a visita da trincheira das Forças Armadas Angolana, após a invasão do país pelas forças Sul africanas, aos 13 de Junho de 1984.



O Comandante-em-Chefe em momentos de observação e reflexão.





Foto de família: Chefe de Estado angolano e Membros do Governo.



Foto de Família: Presidente da República e Secretários de Estado.



Foto de Família. O Presidente da República e Altos Funcionários do seu Gabinete.





## Na íntegra Discurso de 'adeus' do Presidente da República José Eduardo dos Santos

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,  
SENHOR MINISTRO DE ESTADO,  
DISTINTOS MINISTROS,  
SENHORES GOVERNADORES PROVINCIAIS,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Terminámos a última reunião do Conselho de Ministros do actual Governo, formado na sequência do pleito eleitoral de 31 de Agosto de 2012, tendo o Titular do Poder Executivo tomado posse no dia 26 de Setembro desse mesmo ano.

Este mandato governamental foi caracterizado por uma grande estabilidade política e social, apesar da situação económica e financeira difícil que o país viveu, sobretudo a partir de 2013, com a baixa assinalável do preço do petróleo no mercado internacional.

Isso obrigou-nos a reajustar o nosso Programa de Governo e, por conseguinte, a redefinir as despesas públicas para que fosse possível assegurar a sustentabilidade da nossa agenda de desenvolvimento.

Nesse sentido, tivemos de adoptar em tempo oportuno uma estratégia para fazer face à crise, com vista a iniciarmos um novo ciclo económico de estabilidade, não dependente do petróleo como principal fonte de receita fiscal e de exportações do país.

De facto, foi importante termos encarado a crise económica e financeira como uma oportunidade para nos libertarmos da dependência excessiva desse produto e para acelerarmos o processo de diversificação da econo-

# “Reconhecemos aqui e agora que todos, colectiva e individualmente, foram fundamentais para atingirmos os objectivos plasmados nos diferentes programas”

mia, através do aumento da produção interna, da redução das importações, do fortalecimento do tecido empresarial nacional, da promoção e criação de emprego e da diversificação das fontes de receitas fiscais e de divisas.

Esta capacidade de encontrarmos rapidamente soluções para superarmos os problemas mais prementes e de nos adaptarmos às contingências objectivas dos contextos internos e externos foi um dos traços fundamentais que caracterizaram o mandato do actual Governo.

Contudo, nada teria sido possível se não tivéssemos contado com a vossa inestimável colaboração. Se superámos e vencemos os múltiplos obstáculos, foi porque vocês souberam colocar à disposição do país as vossas capacidades, aptidões, conhecimentos e vontade de triunfar, assumindo com responsabilidade e sentido de Estado os deveres de que estão incumbidos pela Lei e pela Constituição da República.

Reconhecemos aqui e agora que todos, colectiva e individualmente, foram fundamentais para atingirmos os objectivos plasmados nos diferentes programas e planos sectoriais e multisectoriais.

Juntos fomos sempre mais fortes e decisivos para manter o rumo do país no caminho certo da unidade nacional, da paz, da justiça social, do desenvolvimento e da consolidação da democracia.

O processo eleitoral que vai ter lugar dentro de dias constitui a prova de que as sementes lançadas à terra estão a germinar e de que o povo angolano vai de certeza colher bons frutos a médio prazo.

Agradeço penhoradamente a todos os que tornam possível esta grandiosa obra de edificação de um país que pretendemos que seja moderno, próspero e forte.

Uma palavra particular de apreço aos técnicos e a todo o pessoal que assegura a realização das sessões do Conselho de Ministros e das suas Comissões de Trabalho.

Neste agradecimento não posso deixar de incluir os jornalistas que cobrem e divulgam o conteúdo das suas sessões.

Bem hajam!

Muito Obrigado!